

Traços discursivos de uma política de formação de leitores

Luciana Salazar Salgado^{1 2}

Resumo: *Um leitor supõe um texto, o que, embora óbvio, oferece campo para reflexão, se entendermos o texto como enunciado concreto, como índice de representações sociais e, portanto, como material lingüístico e histórico. Trata-se de considerar a condição espaço-temporal da vida humana: publicar manuais, reflexões, discussões científicas, crônicas, novelas etc. é pôr a energia social em movimento, e nesse movimento diversos lugares são pontos nodais de uma rede. O lugar de leitor é um deles, é um móbil de certas trocas. Para estudar, nessa rede, como se constitui esse lugar nos termos de uma política pública de formação de leitores, parto de uma pesquisa que tratou de traços da produção autoral no mercado editorial brasileiro, quando analisei documentos publicados desde 2003, ano da promulgação da chamada Lei do Livro. Nessa ocasião, estudei diversas implicações entre práticas discursivas e outras práticas sociais com base no quadro teórico da Análise do Discurso de linha francesa. Agora, seguindo essa orientação, comparo as duas edições havidas do Concurso Público Literatura para Todos, que é realizado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e teve sua 1ª. edição em 2006 e a 2ª. em 2008. Nesta etapa do trabalho, pretendo analisar os documentos Projeto Básico, Editais e Atas de Premiação, observando: 1. em que termos se dá o diálogo institucional entre o órgão responsável por políticas públicas de formação de leitores e os autores que se candidatam a participar do projeto e 2. como se formulam as representações entre interlocutores nesse processo. Note-se que a literatura aparece sempre como instituição cultural formadora.*

Palavras-chave: formação de leitores, concurso literário, coerções genéricas, Literatura para Todos

1. Introdução

Muito se tem falado na leitura como ato produtor de sentidos e como construção da imagem de interlocutores. E a leitura supõe um texto, o que, embora óbvio, oferece campo para reflexão, se entendermos o texto como enunciado concreto, como índice de representações sociais e, portanto, como material histórico no qual se instituem os interlocutores.

¹ Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral (FFLCH-USP/ FAPESP), sob a supervisão da Profª Drª Norma Discini. E-mail: lucianasalazarsalgado@gmail.com.

² Este texto desdobra-se da comunicação feita no VI Congresso Internacional da ABRALIN, que aconteceu entre 4 e 7 de março de 2009 em João Pessoa – PA.

No Brasil, sobretudo nas três últimas décadas, pesquisas consistentes têm se desenvolvido sobre os modos como a leitura acontece e, mais recentemente, começam a aparecer pesquisas sobre como se criam materialmente os textos e os suportes destinados à circulação pública. Trata-se de considerar a condição espaço-temporal da vida humana: publicar manuais, reflexões, discussões científicas, crônicas, novelas etc. é pôr a energia social em movimento, e nesse movimento diversos lugares são pontos nodais de uma rede. O lugar de leitor é um deles, é um móbil de certas trocas. Há lugares correlatos, como o de autor. Mas é possível ver que há uma complexa filigrana entre esses lugares e mesmo na própria constituição deles, pois "as transações entre as obras e o mundo social não consistem unicamente na apropriação estética e simbólica de objetos comuns, de linguagens e práticas ritualizadas ou cotidianas (...) Elas concernem mais fundamentalmente às relações múltiplas, móveis e instáveis, estabelecidas entre o texto e suas materialidades, entre a obra e suas inscrições" (Chartier, 2007: 12).

Com base nisso, acompanhamos, entre 2003 e 2007 (Cf. Salgado, 2007), diferentes documentos produzidos por vozes integrantes do mercado editorial e livreiro, e constatamos, entre outras coisas, que a própria relação recente entre o Ministério da Cultura e o da Educação parece ser um movimento novo, na medida em que enseja uma confluência de interesses nunca antes tão explicitada por diferentes grupos dedicados aos livros e à leitura. Agora, prosseguindo no estudo das condições em que se formulam as representações sociais das figuras de leitor e de autor, observamos o fenômeno não só no mercado editorial e livreiro, mas também noutros campos da produção escrita, como a escola, onde se espera que os alunos sejam habilitados a desenvolver uma prática autoral de escritura e uma leitura autônoma, ou certas atividades profissionais nas quais escrever autoralmente e ler com destreza é hoje uma exigência básica. Para tanto, levamos em conta a atual tensão entre diferentes crenças sobre a criação autoral. Sucintamente, pode-se dizer que a idéia do autor como um ser original, especial, a quem se devem creditar todas as rendas produzíveis a partir de sua criação, garantindo-lhe privilégios indiscutíveis, tem conseqüências diretas na distribuição de poder social. É sobretudo isso o que anima as atuais discussões sobre propriedade intelectual, que põem em foco a imbricação entre criação e recepção, entre trabalho e técnica, entre indivíduos e coletivos.

Para pensar essa problemática em termos de lugares discursivos, isto é, em termos de identidades sociais firmadas historicamente e manifestadas em práticas que se reiteram, procurando legitimar-se, consideramos a figura do autor e a do leitor no seu feixe de relações e nas práticas que lhes dão identidade. Essa configuração discursiva da autoria e da leitura está baseada em desenvolvimentos teóricos da Análise de Discurso francesa. Em linhas gerais, trata-se de considerar a língua como constitutivamente opaca e polissêmica, os sujeitos como dividos, as conjunturas de interlocução marcadas por lugares que se definem na sobreposição de temporalidades diversas, analisando os dados colhidos como *cenas da enunciação* (Maingueneau, 2006).

Essa orientação analítica vê nos textos, ou melhor, nas práticas de textualização, as marcas da heterogeneidade e da alteridade constitutivas de todos os dizeres e, assim, a relação ininterrupta entre intradiscurso e interdiscurso. Para isso, procura pôr em evidência os *modos de dizer*. Aqui, proponho que sejam examinados à luz das coerções genéricas, com vistas a verificar de que modo as representações construídas pelos interlocutores participam das práticas sociais, configurando as cenas da enunciação.

Nesta etapa da pesquisa, faço uma comparação entre duas edições de um concurso literário, o Concurso Público Literatura para Todos, examinando os documentos de convocação, com vistas a observar em que termos se dá o diálogo entre o órgão responsável por políticas públicas de formação de leitores e os autores que se candidatam a participar do projeto, isto é, como se formulam as representações entre interlocutores nesse processo. Note-se que a literatura aparece sempre como instituição cultural formadora, o que é já uma representação de base, um acordo de partida.

Nesse conjunto de materiais, podemos ver o movimento que se estabelece entre as práticas discursivas dos textos institucionais e as dos textos literários que a eles respondem, provocando uma tréplica institucional que tem gradações, expressas em movimentos de adesão ou de rechaço. Em todo caso, são *conflitos solidários*, conforme a expressão de Authier-Revuz (2004); quer dizer, são confrontos fundantes, enfrentamentos identitários. Isso fica patente nas modificações entre o Edital da 1ª. edição e o da 2ª., quando, por exemplo, alteram-se as categorias de premiação, pois os textos inscritos na 1ª. edição de certo modo atendem e de certo modo escapam às circunscrições institucionais que, então, se refazem.

Assim é que leitores e autores, vistos como sujeitos instituídos nas práticas discursivas e observáveis como lugares constitutivos das cenas da enunciação, não podem ser pensados senão uns em relação aos outros e às condicionantes de seu entorno, contempladas aí as idiossincrasias dos lugares que ocupam e, claro, os textos que os instituem. Certamente há diferenças de representação do lugar de autor e do lugar de leitor em cada grupo de textos (institucionais e literários), entretanto, não se pode desconsiderar que é no efeito conjunto desses materiais que esses interlocutores se configuram, conforme se leem.

2. Detalhamentos

Os estudos sobre leitura não se definem num campo teórico específico ou por uma metodologia em particular, mas justamente por tratarem de um objeto plural, delineado na confluência de várias abordagens teóricas e metodológicas e que, por isso mesmo, exige explicitação do lugar de onde se fala e de que aspectos da leitura serão mobilizados. Neste caso, trata-se de investigar, numa abordagem discursiva, uma das ações partícipes da implantação de uma política de formação de leitores: o Concurso Público Literatura para Todos, que é formulado pela SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, criada em 2004 no âmbito do MEC, com vistas a reunir ações que estavam

dispersas em outras secretarias e outros órgãos administrativos. Esse concurso teve duas edições até agora: a 1ª. em 2006, a 2ª. em 2008.

Para prosseguir nesta análise dos documentos convocatórios, parece conveniente registrar que esta pesquisa é um desdobramento do trabalho em que examinei traços da produção autoral no mercado editorial brasileiro a partir de 2003, ano em que houve a promulgação da primeira lei regulamentadora dos setores editorial e livreiro no Brasil. Considerando a conjuntura em que se promulga essa lei, o foco do trabalho foi a autoria nos seus modos de inscrição textual, com análises de materiais escritos submetidos ao que podemos chamar de *tratamento editorial de textos*, processo em que um profissional é chamado a fazer uma leitura anotada no texto autoral, ultrapassando em muito a dita revisão, mas sem destituir o autor de seu lugar; antes, conferindo-lhe força com essa explicitação do que lê.

Dáí vem a circunscrição teórica com que abordo, agora, o Literatura para Todos: o quadro de base é a Análise do Discurso de linha francesa, nos seus desenvolvimentos que veem:

1. a língua como opaca e polissêmica, sendo a atividade linguageira entendida como uma prática social e histórica;
2. a história como um conjunto de temporalidades que não se produzem num continuum linear, mas numa sucessão de acontecimentos que se alimentam de modos variados;
3. e os sujeitos como heterogêneos, sendo interpelados pela ideologia ao assumirem as posições de enunciador e enunciatário, nas quais também são capazes de manobras singulares em relação às estruturas e às dinâmicas sistêmicas.

Sobre esse tripé se formulam as *cenários da enunciação*, que reúnem e evidenciam as condições de produção dos enunciados, localizando-os na rede interdiscursiva.

É com base nisso que me volto para o concurso Literatura para Todos, procurando ver no diálogo que se estabelece entre os documentos institucionais e os textos literários como se elaboram as auto-representações e as representações recíprocas. Assim, investigarei como se desenvolve, nas suas várias etapas, essa iniciativa que pretende formar leitores cultivando práticas autorais e cercando leituras. Aliás, o mais interessante desse diálogo é o fato de ele mostrar que há sempre o que escapa ao cerco – e possivelmente são esses escapes que produzem a continuidade (ou não) das políticas públicas, porque eles demandam rearranjos, que serão, necessariamente, fruto de revisões da proposta inicial.

A seguir, para pensar nessas práticas autorais e nas leituras cercadas pelos documentos que configuram o concurso, mencionarei alguns dados que compõem as condições de produção aí envolvidas: o Literatura para Todos é parte do projeto Leituração, que visa implantar ações de uma Política de Acesso à Leitura na área de educação de jovens e adultos (EJA). A ideia-guia é formar uma biblioteca de referência para os neoleitores, principalmente os egressos do programa Brasil Alfabetizado, de modo que haja continuidade das práticas de leitura nesse momento crucial, logo após a alfabetização, e que ela seja não-

escolar. Com isso, o concurso chama atenção para o expressivo contingente desse público no país (são mais de 60 milhões hoje), um vasto público que passa a poder se interessar por livros e que é formador de opinião em suas esferas de vida locais e familiares. Mais além, tem evidente vocação para criar uma tradição em torno das experiências de escritura, incentivadas pela composição das coleções de textos premiados (Cf. Maciel, 2008).

Sobre as práticas autorais envolvidas nesse diálogo, observe-se que, nas duas edições, entre os vencedores, há nomes conhecidos e mesmo premiados – prêmio Jabuti, da Academia Brasileira de Letras, entre outros –, há também jovens escritores cujas publicações se difundem em círculos restritos, e há, ainda, estreantes. Diante disso, é possível estimar que, afora os 10 mil reais de prêmio para cada ganhador, a possibilidade de publicar um texto com 300 mil exemplares tenha atraído boa parte dos concorrentes, pois, além de poucos livros serem publicados com tiragens desse porte, sua circulação está garantida – as bibliotecas públicas, os baús do programa Arca das Letras, os diversos núcleos de alfabetização, além de outras entidades que requeiram junto ao MEC a coleção, inclusive noutros países da CPLP. Em termos discursivos, esse dado é relevante porque mostra a autoria que se constrói aí: o valor do prêmio (que é compatível com o que se costuma ganhar com direitos autorais ou encomendas editoriais), associado a essa tiragem (equiparável à de alguns *best sellers* produzidos por autores do *star system*) e a essa distribuição (uma das maiores dificuldades no sistema de logística predominante), põe em evidência o quanto a criação autoral é parte de um circuito amplo, fora do qual ela não se dá a ler.

Mais interessante, porém, é podermos estimar que o sucesso da convocatória se deve também ao desejo desses escritores de aderir a uma causa. Conforme as palavras do Projeto Básico, anexo aos dois editais e neles indicado como diretriz de trabalho aos participantes, trata-se de oferecer:

(...) volumes especialmente produzidos para atingir os neoleitores, jovens e adultos recém-alfabetizados que passam, a partir dos processos de alfabetização vivenciados, a poder utilizar, pela leitura, práticas da cultura escrita até então afastadas do cotidiano, em situações usuais e não-usuais, alterando as formas como até então essas pessoas estão/estavam no mundo e os modos pelos quais se relacionam/relacionavam com a cultura escrita. Essas práticas devem atender necessidades específicas, fortalecendo o processo inicial de alfabetização, para que se consolidem, pela leitura, usos sociais da língua integrantes da cultura escrita, favorecendo a continuidade da formação de jovens e adultos como leitores críticos e criativos, capazes de expressar sua presença individual e coletiva no mundo.

Essa ideia é reafirmada em várias partes do documento, configurando isso que se pode entender como *um chamado*, para além da competição propriamente.

A esse chamado atenderam, na 1ª. edição, 3.392 textos, dos quais 1.292 foram excluídos por não estarem de acordo com as características técnicas definidas (formatação basicamente), ou com o que foi estabelecido como requisito de qualidade da produção literária. Eis aí um desafio: estabelecer critérios objetivos do que nem sempre é de fato objetivável – a boa qualidade literária.

Vejamos os critérios que se repetem nos dois editais:

- A concepção do texto deve apresentar uma narrativa literária atraente, destinada à captura do neoleitor, não se confundindo com objetivos escolares de ensino da língua e da gramática.
- Os textos literários devem encarnar leituras do mundo, em que texto e contexto estejam entrelaçados com clareza e visibilidade.
- Os textos literários devem favorecer o envolvimento afetivo do neoleitor, comunicar a compreensão, o entendimento e a crítica aos sentimentos do mundo que fazem parte da história humana.
- Recomenda-se, na construção dos textos, em todos os gêneros, a leveza e a invenção poética, propiciando oportunidades de suavizar o cotidiano e assim aglutinar forças para o enfrentamento dos problemas e limites da realidade.
- Considerada a Literatura como a forma em que se fazem presentes e preservadas as ricas tradições orais da língua e da cultura, o objetivo deste edital, portanto, é constituir e colocar ao alcance dos neoleitores uma pequena biblioteca que propicie o desfrute efetivo e permanente dos benefícios inerentes aos usos da língua escrita.

Podemos ver aí por que um concurso literário como um braço de uma política pública de formação de leitores: de saída, entende-se por Literatura (grafada com maiúscula, o que sugere uma instituição) algo que reúne não só técnicas de escritura, mas todo um tesouro social partilhado, ou partilhável. É essa cena inaugural – a de um concurso que premia participantes de uma luta – a cena em que se põem os concorrentes, que não são meros cumpridores de regras, inclusive porque a própria criação literária frequentemente ultrapassa regras para se fazer.

Mas há um cerco, necessário porque definidor do concurso. E aí é interessante notar que se procura especificar a situação dos neoleitores, dizendo o que é que dão conta de ler, mas também se procura evitar a estereotipia; portanto, produz-se um cerco de linhas não muito precisas.

Nesses critérios, aparece a ideia de que o texto deve ser *atraente* e *capturar* o neoleitor, e se procura cercar essa sedução com a informação de que não se trata de ensinar conteúdos de linguagem ou gramática – busca-se oferecer uma fruição estética.

Diz-se que o texto deve *encarnar leituras de mundo*, e que isso tem a ver com entrelaçar texto e contexto *visivelmente* – de novo, a ideia de que não se deve tentar ensinar nada, explicando um contexto para depois contar uma história, por exemplo.

Fala-se em promover o envolvimento *afetivo* do neoleitor, fala-se em *compreensão*, *entendimento* e *crítica* diante da história; fica claro que se espera uma orientação não-doutrinária para a complexidade de posicionamentos que constroem o mundo humano.

Há também uma recomendação: *leveza* e *invenção poética*, indicações bastante difusas, que são circunscritas pela ideia de que o neoleitor precisa de *oportunidades de suavizar o cotidiano e assim aglutinar forças para o enfrentamento dos problemas e limites da realidade* – o que se liga ao critério

anterior e nos dá alguma notícia da vida que levam os neoleitores e do quanto seu interesse por livros estará ligado, segundo essa perspectiva, a uma problematização que não seja apresentada com gravidade taciturna.

Encerra esses critérios, que são retomados de diversas maneiras ao longo do edital, a noção de que a Literatura é formadora porque estimula o *desfrute permanente de benefícios* da cultura escrita.

São critérios, linhas mestras, mas é preciso levar em conta que os escritores que atendem a esse chamado fazem leituras dessa leitura que faz o MEC (e a Secad, as equipes de concepção do concurso e de seleção das obras, além da banca julgadora) sobre o objeto literário que deve chegar aos neoleitores, que são enumerados no Projeto Básico como “trabalhadores sem qualificação específica, populações indígenas, bilíngues, fronteiriças ou não; populações do campo – agricultores familiares, assalariados, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas e remanescentes de quilombos; pescadores artesanais e trabalhadores da pesca; população carcerária e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas”.

Essas são as bases das leituras que a própria condição de concurso impõe. Mas, no desenrolar dos trabalhos, é possível ver que em torno desse fio condutor há muitos desdobramentos que será preciso perceber e eventualmente encampar.

Apresentarei brevemente um exemplo desse jogo dos escapes que têm de ser geridos na relação entre o que os candidatos leem no edital e o que a instituição responsável pelo edital lê dessa leitura, ou seja, como é que os candidatos interpretam as diretrizes da convocatória, e como é que a instituição responsável pela convocação interpreta as respostas que recebe, ao desclassificar, premiar ou atribuir menção honrosa.

Vejamos, então, uma das transformações havidas entre o 1º e o 2º edital, que é emblemática desse diálogo ditado por muitas restrições, mas aberto, nalguma medida, ao imponderável da atividade linguageira.

A seguir, as categorias previstas na 1ª. edição e os prêmios concedidos:

categorias do 1º edital	prêmios concedidos
conto ou novela	<i>Madalena</i> Cristiane Dantas (novela)
	<i>Cobras em compota</i> Índigo (conto)
crônica	<i>Tubarão com faca nas costas</i> Cezar Dias
poesia	<i>Entre a juntura dos ossos</i> Vera Lúcia de Oliveira

	<i>Caravela [redescobrimentos]</i> Gabriel Bicalho
biografia ou relato de viagem	<i>Léo, o pardo</i> Rinaldo Santos Teixeira (biografia)
textos da tradição oral	<i>Batata cozida, mingau de cará</i> Elói Elisabete Bocheco
ensaio ou reportagem	
esquetes, scripts, peças teatrais, roteiros de vídeo, cinema, quadrinhos	<i>Família composta</i> Domingos Pellegrini (teatro)
texto com TICs, como emails, blogs, comunidades virtuais, grupos de discussão etc.	
menções honrosas	<i>Abraão e as frutas</i> Luciana V.P. Mendonça (poesia)
	<i>Cabelos molhados</i> Luís Pimentel (conto)
indicação de uso	<i>Por que ensinar literatura para quem carrega saco nas costas?</i> Sonia Batista e Maria Lúcia Soares

Vê-se, nessa premiação, que as categorias *relato de viagem*, *ensaio ou reportagem* e *textos com TICs* não tiveram premiação. Podemos seguir esses rastros e descobrir se não houve candidatos, ou se houve mas eles entenderam essas categorias diferentemente da equipe de seleção – o que pode conduzir a uma discussão proveitosa sobre os gêneros literários.

Vemos também que houve duas menções honrosas (esses textos não recebem o dinheiro da premiação mas são publicados na coleção) e houve ainda algo que parece ter escapado completamente às prescrições: um texto que não é enquadrado em nenhuma das categorias previstas e é indicado para uso nos programas de alfabetização, intitulado “Por que ensinar literatura para quem carrega saco nas costas?”

Vejamos, agora, essas categorias confrontadas às da 2ª. edição:

categorias 1ª. edição	categorias 2ª. edição	premiados 2ª. edição
conto ou novela	prosa (conto, novela ou crônica)	<i>Família contadeira de histórias</i> Sela Maris de Rezende (conto)
crônica		<i>O cobrador</i> Andréa Fátima dos Santos (novela)
		<i>Tem onça na casa do Zé</i> Isaura Daniel (novela)
poesia	poesia	<i>No atrito do corpo com o ar</i> Sandra Jeane de Paula
		<i>Os segretos acrobatas</i> José Luis Tavares (obra africana)
		<i>Pé de alguma coisa pede outra</i> Viviane Veiga Távora
biografia ou relato de viagem	biografia	<i>B. Léza?! Um africano que amava o Brasil,</i> Gláucia Aparecida Nogueira
textos da tradição oral	- textos da tradição oral (em prosa ou verso)	<i>A fera do canavial</i> Antônio Almir Mota
		<i>Pela voz do cordel</i> Maria Augusta de Medeiros e César Tadeu Obeid
ensaio ou reportagem		
esquetes, scripts, peças teatrais, roteiros de vídeo, cinema, quadrinhos		
textos com TICs – emails, blogs, comunidades virtuais, grupos de discussão etc.		
2 menções honrosas 1 indicação de uso	menção honrosa	<i>Via vária</i> Iacyr Anderson Freitas

Houve a reunião de *novela*, *conto* e *crônica* na categoria *prosa*; a categoria *biografia* perde a extensão “ou relato de viagem”; os *textos da tradição oral* são agora explicitamente aceitos *em prosa ou verso*; não há mais a categoria *esquetes, scripts etc.*, embora tenha havido premiação na edição anterior;

ensaio ou reportagem e textos com TICs não são mais especificados – talvez porque apareçam nos textos inscritos na categoria *prosa*? E passa a haver uma premiação para textos de países africanos de língua portuguesa, a partir de um acordo entre países, embaixadas e programas de formação de leitores. Essa inclusão traz questões importantes sobre o papel da língua portuguesa como instituição de identidade e decerto merece ser olhada com vagar; penso que será esclarecedor examinar quais conduções políticas têm promovido esse tipo de contato entre o Brasil e os países africanos lusófonos.

3. Considerações finais

Como se trata de uma pesquisa que apenas começou, estas anotações só podem ser conduzidas com uma indicação dos próximos passos: partindo de observações como essas, examinarei os ajustes e refinamentos que acontecem entre as duas edições havidas, procurando flagrar a leitura em ato, ou seja, os interlocutores lendo-se e revendo-se, com o quê, na mesma mão, refazem o funcionamento do concurso.

Do ponto de vista teórico, podemos dizer que isso se dá porque as cenas de enunciação movimentam tudo aquilo que é mais estável e de que elas mesmas precisam para acontecer: há um jogo ininterrupto entre o que se pretende, o que se entende e o que se efetiva, sendo que essas coisas não acontecem uma depois da outra, mas concomitantemente, com implicações variadas. Por isso as linhas mestras têm de conviver com desdobramentos às vezes surpreendentes; por isso os objetivos de permanência e estabilidade têm de lidar com mudanças.

Em todo caso, se o que se pretende é uma política pública e não um efêmero projeto de uma gestão, parece imprescindível que assim seja. De outro modo, o “para todos” do concurso seria apenas um slogan.

Bibliografia

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade** – um estudo enunciativo do sentido. Vários tradutores, revisão Leci Barbisan & Valdir Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar** – cultura escrita e literatura. Trad. Luzmara Ferreira. São Paulo: UNESP, 2007.

MACIEL, Ira. Coleção Literatura para Todos [resenha], **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: v. 12 n. 36 set./dez. 2007, pp. 537-540.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Organização de Srio Possenti & Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Vários tradutores. Curitiba: Criar, 2006.

SALGADO, Luciana Salazar. **Ritos genéticos no mercado editorial**: autoria e práticas de textualização. Doutorado. Campinas: IEL-Unicamp, 2007. Disponível em <http://libdigi.unicamp.br/>